

# INTRODUÇÃO

«**A** *Dei Verbum* é o mais belo documento do Concílio Vaticano II.»<sup>1</sup> É desta forma que D. Rino Fisichella define o documento conciliar que pretendemos comentar e aprofundar nesta obra, que pretende celebrar os sessenta anos da redação e aprovação do mesmo. Não podemos afirmar taxativamente se a *Dei Verbum* é o mais belo ou o mais importante dos documentos conciliares, mas não podemos ignorar a sua relevância no âmbito do estudo da Revelação Divina em geral e da Sagrada Escritura em particular.

A *Dei Verbum* não constitui apenas um ponto de partida; ela é igualmente um ponto de chegada de um caminho que encontrou no Concílio Vaticano I (1869-1870) a sua alavanca. Efetivamente, se o Concílio de Trento foi determinante para o estabelecimento do cânone bíblico e para a preservação da ortodoxia da fé e da Tradição nos debates com os protestantes, não deixou de condicionar o natural desenvolvimento dos estudos bíblicos, sobretudo diante da emergência da crítica histórica, do racionalismo protestante e da evolução do pensamento científico. Até ao Concílio Vaticano I, a Igreja nunca se conseguiu soltar das amarras da apologética para defender a fé e a Bíblia dos extremismos protestantes. Ao invés, a Sagrada Escritura permanecia como uma mera fonte de argumentos para defesa das doutrinas da Igreja (o chamado *biblicismo*), em vez de ser fonte de doutrina da revelação de Deus. Por outro lado, a resistência em apostar nas traduções

---

<sup>1</sup> Cf. FISICHELLA, R., *La Rivelazione come Parola di Dio* (trad.: *A Palavra de Deus. Redescobrir a Dei Verbum, O Vaticano II hoje*, Paulinas Editora, Prior Velho, 2022, 58).

para línguas vernáculas manteve a Bíblia inacessível a grande parte do Povo de Deus. Se é verdade que o Concílio Vaticano I na sua constituição *Dei Filius* não irá dizer nada de novo do ponto de vista doutrinal acerca desta matéria, aponta caminhos para um ulterior aprofundamento e desenvolvimento das temáticas que a *Dei Verbum* irá posteriormente consignar. Em primeiro lugar, promove a necessidade de um cuidado estudo bíblico nos Seminários e o incremento de uma renovada pastoral bíblica no seio das comunidades cristãs, aspeto que as três encíclicas papais pré-conciliares irão potenciar: a encíclica *Providentissimus Deus*, de Leão XIII (1893); a encíclica *Spiritus Paraclitus*, de Bento XV (1920); e a encíclica *Divino Afflante Spiritu*, de Pio XII (1943). Em segundo lugar, expõe com acuidade a natureza da revelação bíblica, com insistência na interpretação autêntica da Escritura pela Igreja. Efetivamente, a afirmação de que a revelação divina pode ser objeto de fé dos cristãos significa um passo em frente na história da teologia.

É neste cenário que irrompe a *Dei Verbum*, momento chave que apresenta à Igreja uma nova visão da revelação e da Sagrada Escritura. A Bíblia desamarra-se finalmente das malhas da apologética e das tendências concordistas, para se afirmar definitivamente como aquilo que já Leão XIII preconizava: ser «alma da teologia». Esta mudança de rumo não se verifica apenas na repetição e aprofundamento desta premissa leonina, mas na própria quantidade de citações e fundamentações bíblicas que se encontram nos vários documentos conciliares.

Apesar da sua importância, a *Dei Verbum* teve um percurso atribulado: a sua elaboração demorou os três anos em que decorreu o Concílio. Foram propostos quatro esquemas prévios, e só o quinto esquema obteve, finalmente, a votação consensual. Qual o motivo para este percurso accidentado? As razões prendem-se

sobretudo com questões terminológicas, uma vez que ainda se continuava a usar um léxico demasiado embrenhado numa atitude defensiva e até preconceituosa face à crítica histórica e ao racionalismo moderno. Nesse sentido, houve a necessidade de clarificar alguns termos e proceder a uma correta hermenêutica teológica dos mesmos, sobretudo os de revelação, inspiração e inerrância. A necessidade de “purificar” esta terminologia levou à rejeição do primeiro esquema da Constituição, intitulado *De fontibus Revelationis* e dividido em cinco capítulos. Se os três últimos capítulos não ofereceram grande preocupação (3. O Antigo Testamento; 4. O Novo Testamento; 5. A Sagrada Escritura na Igreja), o mesmo não se pode dizer dos dois primeiros (1. A dupla fonte da Revelação; 2. Inspiração, inerrância e géneros literários). O esquema foi recusado, mas o tema não foi retirado do debate, pelo que o Papa João XXIII nomeou uma comissão especial que reelaborasse o esquema e imprimisse um cunho mais bíblico e ecuménico. A recusa deste primeiro esquema deveu-se essencialmente a três motivos:

1. O título, desenvolvido posteriormente no primeiro capítulo, não respeita a natureza da revelação divina. A Tradição e a Escritura não são fontes da revelação, mas canais pelos quais Deus Se autocomunica ao ser humano. Nessa perspetiva, a fonte da revelação é apenas uma: o próprio Deus;
2. A necessidade de precisar melhor o que se entende por revelação;
3. A distinção clara entre as duas fontes da revelação. A sensibilidade comum ia na linha de uma intrínseca unidade entre Escritura e Tradição, e não na ótica de uma contraposição, como no tempo em que o confronto entre católicos e protestantes era mais incisivo. O Magistério deveria igualmente ser reconhecido não só como árbitro que dirime questões difíceis entre ambas as

partes, mas como ouvinte (primeiro) da Palavra de Deus, aspeto que o primeiro parágrafo da *Dei Verbum* irá posteriormente enfatizar.

O documento final, cujo título, «A Palavra de Deus», manifesta a mudança de perspetiva relativamente à temática da revelação, foi aprovado por 2081 dos 2115 votantes. As preocupações iniciais tiveram eco na própria estrutura do documento, o qual é composto por 26 parágrafos divididos por seis capítulos:

- O Capítulo I dedica-se à revelação enquanto tal, enquadrando-a no plano mais lato da Palavra de Deus, que é a forma de Deus Se revelar a Si mesmo;
- O Capítulo II versa sobre a transmissão da revelação, que chega até nós mediante os canais dos quais Deus Se serve para Se autocomunicar: a Sagrada Escritura e a Sagrada Tradição;
- O Capítulo III apresenta, de forma teologicamente renovada, o fenómeno da inspiração e da hermenêutica bíblicas;
- Os Capítulos IV e V desenvolvem as duas partes em que tradicionalmente se divide a Sagrada Escritura, Antigo e Novo Testamento, respetivamente;
- O Capítulo VI define a função que a Sagrada Escritura deve possuir no seio da vida da Igreja enquanto alma da vida eclesial (e não só da teologia).

Este panorama geral permite-nos compreender, de antemão, o novo paradigma que está na base da redação da *Dei Verbum*, nomeadamente o seu tom profundamente bíblico. São 88 as citações bíblicas, com clara predominância de João e de Paulo. É claramente um processo de amadurecimento, mas também de continuidade, como a introdução desde logo dá conta ao se declarar seguidor dos Concílios de Trento e do Vaticano I.